

COMPREENDENDO O ENSINO A DISTÂNCIA E O ENSINO MÉDIO

Isaac Turiano Sales

RESUMO

A Educação a Distância (EAD) no ensino médio do Brasil é um campo em constante evolução, com desafios e oportunidades intrínsecas. Embora a pandemia tenha acelerado sua adoção, destacando sua importância como alternativa viável, a jornada rumo a uma EAD eficaz e inclusiva requer atenção contínua às questões de acesso, formação docente e adaptação curricular. Portanto, o objetivo deste estudo foi compreender o estado da arte da EAD no ensino médio. A EAD pode se tornar uma ferramenta poderosa para democratizar o ensino médio no país, desde que seja implementada com estratégias bem planejadas e um compromisso firme com a qualidade educacional.

Palavras-chave: Ensino médio; Ensino; On-line.

ABSTRACT

Distance Education (EAD) in secondary education in Brazil is a field in constant evolution, with intrinsic challenges and opportunities. Although the pandemic has accelerated its adoption, highlighting its importance as a viable alternative, the journey towards effective and inclusive distance learning requires continued attention to issues of access, teacher training and curricular adaptation. Therefore, the objective of this study was to understand the state of the art of distance learning in high school. EAD can become a powerful tool to democratize secondary education in the country, as long as it is implemented with well-planned strategies and a firm commitment to educational quality.

Keywords: High school; Teaching; Online.

RESUMEN

La Educación a Distancia (EAD) en la educación secundaria en Brasil es un campo en constante evolución, con desafíos y oportunidades intrínsecos. Si bien la pandemia ha acelerado su adopción, destacando su importancia como alternativa viable, el camino hacia una educación a distancia eficaz e inclusiva requiere una atención continua a las cuestiones de acceso, formación docente y adaptación curricular. Por lo tanto, el objetivo de este estudio fue comprender el estado del arte de la educación a distancia en la escuela secundaria. La EAD puede convertirse en una poderosa herramienta para democratizar la educación secundaria en el país, siempre y cuando se implemente con estrategias bien planificadas y un firme compromiso con la calidad educativa.

Palabras clave: Escuela secundaria; Enseñando; En línea.

INTRODUÇÃO

As adaptações desencadeadas pela Covid-19 influenciaram todos os âmbitos da vida da população, no Brasil, a educação passou por transições importantes. Voltada, inicialmente para as demandas do ensino superior, a Educação a Distância surgiu devido a fatores como a redução de custos de equipamentos, e por mais oportunidades de formação e aperfeiçoamento profissional (FETTERMANN; TAMARIZ, 2021). Com a EaD, tornou-se possível o desenvolvimento de “[...] habilidades e competências cognitivas como autonomia, criatividade,

autodisciplina, responsabilidade com a própria formação, construção do conhecimento, aprendizagem cooperativa, entre outras”, nos ambientes virtuais (FETTERMAN, 2012, p. 42-43). Já a Educação On-line é uma modalidade que se desenvolve por meio de videoconferência e/ou teleconferência com o auxílio de tecnologias digitais e da internet, e pode acontecer desde a educação infantil até a pós-graduação (MORAN, 2003).

A crise mundial desencadeada pelo afastamento dos alunos das salas de aula devido à pandemia da COVID-19 forçou o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (MEC) a criar um plano de ação para mitigar os prejuízos educacionais. Esse plano autorizou a substituição das aulas presenciais por modalidades de ensino que fazem uso das tecnologias de informação e comunicação, inclusive nas escolas de educação básica. No entanto, essa transição para o ensino remoto exigiu uma reavaliação das estratégias pedagógicas. Simplesmente replicar as práticas da sala de aula presencial no ambiente virtual não se mostrou eficaz para garantir uma aprendizagem significativa dos alunos em um contexto remoto, especialmente considerando que muitos professores não tiveram tempo para uma capacitação prévia. (FETTERMANN; TAMARIZ, 2021).

Nesse sentido, tornou-se fundamental que os professores desenvolvam competências pedagógicas e tecnológicas específicas para o ensino a distância. Isso inclui a habilidade de utilizar eficazmente as tecnologias web para apoiar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a capacidade de engajar os alunos e suas famílias de forma colaborativa nesse novo cenário educacional. Assim, o momento atual da educação destaca a importância de uma formação docente que vá além do domínio da matéria, incorporando a capacidade de adaptação ao ambiente digital e a criação de estratégias pedagógicas que permitam que o ensino remoto seja eficaz e inclusivo. Isso garantirá que os alunos continuem aprendendo de forma significativa, mesmo em tempos de crise.

DESENVOLVIMENTO

BREVE HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL E NO MUNDO

A educação a distância surgiu na Europa na primeira metade do século XIX, sendo a corrente mais predominante a que registra na Suécia, em 1833, a primeira experiência nesse campo de ensino. Poucos anos mais tarde, programas de ensino por correspondência surgem na Inglaterra (1840) e Alemanha (1856), iniciando em nosso continente em 1874, nos Estados Unidos da América. Gradualmente outros países passaram a adotar metodologias de EAD até

chegar ao Brasil em 1904.

Nesses 174 anos, a educação a distância teve significativos avanços, sendo importante marcos referenciais a criação do sistema rádio-educativo e, mais tarde, a utilização do telefone, cinema, televisão e internet para fins educacionais que, ao lado dos correios, compõem meios essenciais para o processo de aprendizagem. Nos dias atuais podemos afirmar que em praticamente todos os países existem programas educativos sendo transmitidos por várias mídias, permitindo a democratização da educação de qualidade. É possível ver-se, tanto em países industrializados, como em nações em desenvolvimento, excelentes programas sendo realizados através de mega-universidades, unidades de ensino de menor porte ou até por pequenos centros escolares.

Nos mais de cem anos da EAD no Brasil houveram êxitos e fracassos, fazendo com que tenhamos ainda um número pequeno de estabelecimentos de ensino adotando essa metodologia. Embora não exista um levantamento preciso acerca das unidades de ensino que adotam a EAD em seus projetos pedagógicos, No momento o mercado é excelente para o crescimento da EAD no Brasil, e grandes resultados sociais e econômicos advirão para as organizações que investirem em projetos de qualidade.

Destacamos que as primeiras normas sobre a EAD surgiram na década de 60, sendo as mais importantes o Código Brasileiro de Comunicações (Decreto-Lei nº 236/67) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71). Também várias tentativas de criação de Universidades Abertas e a Distância e de regulamentação da EAD surgiram no Congresso Nacional, mas a maioria não teve êxito, sendo os projetos de lei arquivados pelas mais diversas razões. A nova LDB (Lei 9.394/96) permitiu avanços, admitindo que existisse, em todos os níveis, a EAD.

O artigo mais expressivo é o de nº 80, que assim estabelece: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de Educação continuada" (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96,p. 06).

A proposta do sistema Universidade Aberta, já existente em vários outros países, só foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, fruto de uma parceria em ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Corresponde a uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância -

DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Assim, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais: (1) Expansão pública da educação superior, (2) Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, (3) Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC; (4) Estímulo à investigação em educação superior a distância no País; (5) Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância. A UAB continuará a apoiar a formação de professores com a oferta de vagas não-presenciais para o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação. As pré-inscrições são realizadas na Plataforma Freire pelos professores

brasileiros (MAIA, 2007, p. 40).

Além desse apoio, a UAB atenderá a chamada demanda social por vagas de nível superior. Quanto ao trabalho com o sistema, Maia esclarece a diversidade de recursos utilizados e traz um breve resgate histórico reforçando o apresentado anteriormente.

A AUB, entretanto, desde seu nascimento tende a combinar diversos materiais, como impressos, áudios, vídeos, multimídias, internet e videoconferência. O sistema UAB foi criado em 2005 e oficializado pelo Decreto n. 5.800 (de 08 de junho de 2006) como 1 consórcio de Instituições públicas de Educação Superior, Estadual e municípios, coordenado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (MAIA, 2007, p. 43)

O decreto estabelece como objetivos:

Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica. II. Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em Educação Básica dos estados, do distrito federal e dos municípios. III. Oferecer cursos superiores em diferentes áreas do conhecimento. IV. Ampliar o acesso a educação superior pública. V. Reduzir a desigualdade de ofertas de ensino superior entre as diferentes regiões do país. VI. Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância. VII. Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de EaD, pesquisa apoiadas em tecnologia de informação e comunicação (Decreto n. 5.800 (de 08 de junho de 2006).

É possível afirmar que,

A EaD já não é mais uma miragem, uma aventura ou um risco, nem pode mais ser considerada vítima ou vilã da história da Educação no Brasil, pois é uma realidade que vem crescendo de maneira espantosa, desafiando diversos padrões da educação tradicional e a própria EaD tradicional. (MAIA, 2007, p. 122)

Levando-nos a concluir que no atual cenário, a EAD pode ser considerada a modalidade do futuro, provavelmente vivendo novas etapas, com ênfase na integração de meios, em busca da melhor e maior interatividade. Podemos destacar ainda que as tecnologias da informação aplicadas à EAD proporcionam maior flexibilidade e acessibilidade à oferta educativa, fazendo-as avançar na direção de redes de distribuição de conhecimentos e de métodos de aprendizagem inovadores, revolucionando conceitos tradicionais e contribuindo para a criação dos sistemas educacionais do futuro.

EXPANSÃO, UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

A reformulação do Ensino Médio, a proposta da revisão do currículo e com ele o modelo pedagógico, estando associado ao aumento do número das matrículas, com foco na melhoria da qualidade e a ampliação da oferta de uma educação atrativa são metas do Ministério da

Educação. Técnicos deste conceituado ministério destacam que um dos principais desafios da educação consiste no estabelecimento do significado dessa etapa: uma mera passagem para o ensino superior ou inserção na vida econômico-produtiva? O documento elaborado com o estudo mostra uma concepção inovadora do ensino médio, com a formação integral do estudante estruturada na ciência, cultura e trabalho.

A proposta é estabelecer um significado mais amplo e reconhece na integração à educação profissional técnica uma importante política pública, mas que precisa ser complementada com a mudança curricular do ensino médio “tradicional” não profissionalizante. Contamos com alguns desafios para universalização nessa etapa para que ela seja com qualidade para todos, ou seja, aponta para a necessidade de uma política que atenda à diversidade e aos anseios da juventude e da população adulta que volta à escola.

No artigo “Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil” de Nora Krawczyk, a autora faz uma reflexão acerca do sistema educacional brasileiro, destacando que é consensual a percepção de que o ensino médio é o nível que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso/permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou, ainda, pela discussão sobre a sua identidade. O que nos leva a refletir acerca das atuais deficiências e dos desafios que precisam ser enfrentados para superar a desigualdade educacional.

Como sabemos, que desde meados da década de 1990, o Ensino Médio na rede pública, tem se expandido de maneira mais significativa. No entanto, a premissa da sua obrigatoriedade foi colocada recentemente pelo governo federal, por meio da Emenda Constitucional n.59/2009, que amplia a obrigatoriedade escolar para a faixa dos 6 aos 17 anos de idade, sendo dos 6 aos 14 no Ensino Fundamental de 9 anos e dos 15 aos 17 no Ensino Médio.

Como forma de assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade, exigência do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, percebeu-se a necessidade de ampliação, inclusive dos recursos para atendimento aos alunos de 15 a 17 anos.

As políticas de expansão do ensino médio respondem não somente às aspirações das camadas menos favorecidas por mais escolarização, mas também à necessidade de tornar o Brasil mais competitivo no cenário econômico internacional. Elas decorrem da implementação de políticas de correção do fluxo de matrículas que impulsionaram a conclusão do ensino fundamental produzindo o aumento da demanda por mais escolarização, e são também

informadas pelas maiores exigências de credenciais no mercado de trabalho e pela própria instabilidade deste.

O fato é que, seja pela demanda provocada pelo contexto econômico mais amplo (reordenamento internacional) ou de cada sujeito (empregabilidade), seja pela demanda resultante das políticas de priorização do ensino fundamental, o ensino médio vem se expandindo e explicitando novos desafios.

Como destaca Krawczyk :

A expansão do ensino médio, iniciada nos primeiros anos da década de 1990, não pode ser caracterizada ainda como um processo de universalização nem de democratização, devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola, à tendência ao declínio do número de matrículas desde 2004 e à persistência de altos índices de evasão e reprovação. Além disso, o processo de expansão reproduz a desigualdade regional, desexo, cor/raça e modalidade de oferta: ensino (KRAWCZYK, 2011, p. 2).

Vale ressaltar que para além dos desafios da universalização do acesso e da igualdade de oportunidades educacionais, também permanecem desafios referentes aos conteúdos a serem ensinados, o currículo diversificado respeitando a região e particularidade, a formação inicial e continuada dos educadores, remuneração/gratificação da função, às condições de infraestrutura e gestão escolar, aos investimentos públicos realizados, entre outros.

Os altos índices de abandono escolar detectados nos últimos anos, mesmo depois de aumento significativo da matrícula no ensino médio aponta para uma crise de legitimidade da escola, que gera não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de estímulo para os alunos continuarem estudando. Fatores como sucesso profissional, satisfação pessoal, desenvolvimento do senso crítico devem fazer parte do planejamento do corpo docente como forma de motivar o alunado.

As particularidades, como é o caso dos interesses intelectuais, na maioria dos casos, a atração ou rejeição dos alunos por uma ou por outra disciplina está vinculada à experiência e aos resultados escolares. O interesse pela disciplina pode parte as ações do docente: seu modo de ensinar; a paciência com os alunos; e a capacidade de estimulá-los e dialogar com eles.

Ainda que as Unidades Escolares não esteja bem organizadas estruturalmente, o que não se pode desconsiderar, contudo, é o aumento do número de anos de escolaridade entre as gerações mais jovens brasileiras, embora significativamente abaixo dos países latino-americanos, uma vez que persistem distorções idade-série e taxas de analfabetismo funcional. Mesmo diante as dificuldades, cabendo ainda afirmar que temos uma geração de jovens de

baixa renda, mais escolarizada que seus pais.

Para a geração anterior finalizar a escola média era uma perspectiva restrita às camadas privilegiadas da população, na última década essa realidade se transformou, produzindo grandes desafios. A escola não é a mesma. É da competência do poder público oferecer uma escola que comporte a dinâmica de aprendizagem da população que pretende atingir, só assim estaremos diante de um processo real de democratização do ensino e não simplesmente de progressiva massificação.

O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

O ensino médio é um nível ou subsistema de ensino com características diferentes conforme o país. Em muitos países, corresponde à totalidade ou a parte do ensino secundário ministrado a adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos. Em outros países, contudo, pode corresponder a um nível de ensino pré-secundário ou pós-secundário. Até 1967, o ensino médio era dividido em três cursos e compreendia o curso científico, o curso normal e o curso clássico. a sequência, resolveu-se mudar e chamar de curso "colegial", também dividido, sendo que os três primeiros anos eram iguais para todos e posteriormente quem quisesse fazer o antigo Normal e o Clássico, tinha de fazer mais um ano.

Desde 1996, no Brasil, corresponde ao ensino médio (antigamente chamado de segundo grau) a etapa do sistema de ensino equivalente à última fase da educação básica, cuja finalidade é o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como a formação do cidadão para etapas posteriores da vida.

A Lei n.º 9394, de 31 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece sua regulamentação específica e uma composição curricular mínima obrigatória.

O ensino médio dura três anos. O mínimo é de 2400 horas de aula ao longo de três anos. Os estudantes devem ter concluído o Ensino Fundamental antes de serem autorizados a inscrever-se no Ensino Médio. O ensino médio compreende a grade curricular em Português (incluindo o idioma Português e as literaturas portuguesa e brasileira), língua estrangeira (Inglês geralmente, também espanhol e francês hoje muito raramente), História, Geografia, Arte, Matemática, Física, Química, Educação física e Biologia. Recentemente Filosofia e Sociologia, que foram proibidos durante a ditadura militar (1964-1985), tornaram-se obrigatórios novamente.

Segundo o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2013, cujo resultado foi divulgado em setembro de 2014, o Ensino Médio no Brasil atingiu nota 3,7, abaixo da meta do Governo Brasileiro e da média dos países desenvolvidos (6,0). A taxa de reprovação e abandono beira os 30% no 1º ano e 1,7 milhão de jovens entre 15 a 17 anos – correspondente à faixa etária regular do Ensino Médio – estão fora da escola.

É possível ter a formação técnica, através de cursos em diversas áreas. Esses cursos normalmente são iniciados durante o 2º e 3º anos do ensino médio, ou iniciados após o término desses anos. Essas instituições têm geralmente uma maior quantidade de horas por semana. A instrução do curso técnico tem duração normalmente de um ano e meio a dois anos.

O ENSINO MÉDIO E A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Com a globalização, surge a sociedade do conhecimento onde o homem cria os mais diversos meios e ferramentas para se comunicar, e deste modo melhorar os seus padrões atuais de vida, mesmo sabendo que a sociedade não é estática, assistimos a um desenvolvimento tecnológico, independente e autônomo, sem necessitar de ser controlado pelo homem (o seu criador). Revitaliza o debate sobre os saberes necessários na sociedade contemporânea – uma realidade cambiante e complexa – e sobre o currículo como um espaço de disputa entre diferentes setores sociais.

A proposta curricular para o ensino médio sempre foi um campo de disputa entre diferentes projetos sociais, inclusive a existência da pressão crescente pelo aumento de conhecimentos que a escola deve oferecer, que concorrem pela apropriação de parcela do conhecimento socialmente produzido, e entre distintos grupos profissionais, pelo seu potencial de ampliação da inserção no mercado de trabalho.

Com a diversificação dos espaços de conhecimento eles estão autointegrados neste novo paradigma de sociedade, preferindo por vezes o aconchegante lar, com todas as tecnologias à disposição, à escola enfadonha e obsoleta. Faz-se necessário a escola tornar-se mais atrativas e em sintonia com as novidades tecnológicas. A inovação tecnológica tem sido reconhecida como o principal elemento de transformação da organização dos processos produtivos, do que decorre a necessidade de formar a população. O acesso, a utilização e a distribuição da informação e do conhecimento para o uso da tecnologia são colocados como as novas e mais importantes dimensões da estruturação do poder, bem como da desigualdade.

Assim, a escola assume um papel primordial na Sociedade da Informação, dotar o

homem de capacidades para competir com o avanço tecnológico, condicionando-o, de maneira a que este avanço não seja autônomo, e possa ser controlado, de modo, a que sejam as nossas necessidades a corresponder ao desenvolvimento tecnológico e não o desenvolvimento tecnológico a moldar as nossas necessidades. Não que o desenvolvimento seja uma ameaça como é o caso do desaparecimento de algumas profissões e assim a perda de postos de trabalho.

Como bem coloca Krawczyk ao refletir sobre a relação conhecimento versus oportunidade:

(...) em exigências elevadas de conhecimentos, nem garante ao jovem com ensino médio e cursos de aperfeiçoamento um lugar no mercado de trabalho, mas reforça o discurso da importância da educação escolar para reduzir a exclusão. Reforça também o debate em torno da identidade do ensino médio, seja porque ele é considerado insuficiente diante das novas demandas de conhecimento e competências e, portanto, necessário para que os jovens se preparem para continuar seus estudos superiores, seja pela revitalização da discussão em torno da velha dicotomia – formação geral ou profissional – que volta a ser um espaço de fortes conflitos e um nó nas propostas político-educacionais (KRAWCZYK, 2011, p. 3).

A discussão acerca da formação geral versus formação profissional – esta historicamente fundamentada em várias fontes, na década de 1940 a experiência de compartilhamento do Estado com a iniciativa privada para implantação e manutenção de escolas técnicas de ensino médio, a fim de atender à indústria em desenvolvimento. Além que atender as demandas propostas atuavam suprimindo a demanda educacional em razão do baixo qualidade do atendimento da educação pública.

Anos anteriores na década de 1930, sob a ditadura de Getúlio Vargas, o crescimento cada vez mais acelerado das forças econômico-sociais vinculadas às atividades urbano-industriais, estruturado em um modelo nacional-desenvolvimentista, propiciou que a Constituição promulgada na época estabelecesse um regime de colaboração entre indústria e Estado para a criação de sistemas nacionais de formação de mão de obra para as novas ocupações abertas pelo mercado. A emergência por mão de obra qualificada justificou o empenho dos empresários pela responsabilização na formação de mão de obra qualificada com a contribuição do governo federal nos diferentes níveis de escolarização.

Na atualidade o cenário não difere, as novas proposições do governo federal para o ensino médio têm o objetivo de elevar o índice de conclusão do ensino médio regular para o patamar de países mais desenvolvidos, envolvendo a capacidade de organizar um programa curricular que consiga, ao mesmo tempo, formar os jovens para continuar os estudos no ensino superior e prepará-los para o mercado de trabalho.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio, na década de 1980, foi um importante documento para embasar a discussão sobre a relação educação e trabalho na escola, foi a produção acadêmica que defendia a necessidade de definir um currículo escolar na perspectiva da politécnica. E como proposta a superação da dicotomia entre instrução profissional e instrução geral e o trabalho como princípio educativo geral. No Brasil, uma das principais medidas foi a possibilidade de integrar ensino regular e a educação profissional, sacramentada pelo decreto 5.154/04. Dessa maneira, instituições privadas e públicas oferecem as aulas regulares em um turno e cursos que preparem para o mercado de trabalho em outro, sob uma mesma matrícula.

Nos Estados, em particular no Pernambuco esta realidade é vivenciada em parceria com Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal em 2011 com objetivo de ampliar a oferta de curso de educação profissional e tecnológica. Rompendo com a dualidade estrutural que separou historicamente o ensino propedêutico da formação profissional. E como frutos almejam a revisão de paradigmas e conceitos e a eliminação da indesejável oposição entre conhecimento geral e específico.

PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO ENOVAS DEMANDAS DOCENTES (SISMEC)

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (SISMEC) tem como objetivo o redesenho curricular e a Formação continuada dos professores do Ensino Médio como ações estratégicas proposta para primeira etapa da sua execução. Regulamentado pela Portaria Ministerial Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, em anexo. Através dele, o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atual no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. Pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 20 de dezembro de 1996 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

A valorização do processo que nos referimos acima, tem alguns desafios a serem superados entre eles estão: Universalização do atendimento dos 15 aos 17 anos – até 2016 (Emenda Constitucional 59/2009 e as decorrentes mudanças na LDB) e adequação idade ano escolar; Ampliação da jornada para Ensino Médio Integral; Redesenho curricular nacional;

Garantia da formação dos professores e demais profissionais da escola.

Também existem desafios a serem superados na política de valorização docente entre elas estão: Carência de professores em disciplinas (Matemática, Física, Química e Inglês) e regiões específicas; Ampliação e estímulo ao Ensino Médio Diurno; Ampliação e adequação da rede física escolar; Ampliação da oferta de educação profissional integrada e concomitante ao ensino médio; e Universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

A proposta da formação continuada sugerida pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio expressa as discussões realizadas nos últimos anos pelo Ministério da Educação - MEC, Secretarias de Estado da Educação, Conselho Nacional dos Secretários Estaduais da Educação (CONSED), Universidades, Conselho Nacional de Educação e Movimentos Sociais, assim como as intensas discussões realizadas no Fórum de Coordenadores Estaduais do Ensino Médio. Expressando o amadurecimento do país com vistas ao compromisso com uma Educação Básica plena (da Educação Infantil ao Ensino Médio) como direito de todos.

Assim, ele é constituído principalmente pela articulação de ações existentes do MEC, Universidades Públicas e Secretarias de Educação estaduais, e de novas proposições de ações que passam a constituir-se num conjunto orgânico e definidor da política para o Ensino Médio. Tendo como principal objetivo a melhoria da qualidade da educação, bem como a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Um dos grandes paradoxos presentes nas escolas é a necessidade dos professores com formação acadêmica específica, motivados para o trabalho pedagógico e atualizados, que convivem com um processo de deterioração do trabalho docente e políticas de formação que não atendem as necessidades, além do exposto, as dificuldades no trabalho tendem a tornar docentes e diretores pouco ambiciosos.

Muitos professores têm suas ambições cerceadas pela ausência de condições básicas de exercício do magistério ou de reconhecimento externo. De sua parte, as propostas político-educacionais têm apenas criado condições que resultam em soluções paliativas, que não colocam no horizonte da qualidade escolar um projeto de revisão pedagógica coerente com o momento histórico.

O crescimento da demanda da escola média está acontecendo sob uma estrutura sistêmica pouco desenvolvida, com uma cultura escolar incipiente para o atendimento dos adolescentes e jovens das parcelas mais pobres da população. É possível perceber que as

exigências postas pela configuração socioeconômica do Brasil, caracterizada por extrema desigualdade e concentração de renda, somadas à grave situação educacional do ensino médio, apresentam um conjunto de desafios, o nos leva a concluir que a escola precisa estar comprometida com o fazer pedagógico.

CONCLUSÃO

Salientamos que neste trabalho registra-se a importância da participação e envolvimento dos professores com objetivo de alcançar resultados satisfatórios para o ensino médio. Em decorrência do desenvolvimento do Projeto Pacto Nacional Para o Fortalecimento do Ensino Médio como o relatório anexo se refere, foi constituída a rede de formadores, ressaltando a importância de melhorar a prática de ensino, destacando assim, a presença das tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica. Ressaltamos o recebimento de tabelias e gratificação como incentivo à participação de alguns professores o que pode ter motivado os mesmos.

A educação a distância, especialmente em um contexto de avanço tecnológico e globalização, tem se tornado uma modalidade cada vez mais relevante e acessível. Ela oferece inúmeras vantagens, como flexibilidade de horários e locais de estudo, o que permite que um número maior de pessoas tenha acesso à educação. Além disso, a EAD pode ser uma alternativa eficaz para enfrentar desafios como a falta de infraestrutura educacional em regiões remotas ou crises como a pandemia da COVID-19, que forçaram a transição para o ensino remoto.

No entanto, é importante reconhecer que a EAD também apresenta desafios significativos. A falta de interação presencial pode afetar o engajamento e a motivação dos alunos, exigindo estratégias pedagógicas específicas para manter a qualidade do ensino. Além disso, a necessidade de habilidades digitais por parte dos alunos e professores pode excluir aqueles que não têm acesso a recursos tecnológicos ou que enfrentam dificuldades nesse ambiente.

É possível afirmar, que as instituições de ensino precisam mudar e reencontrar seu lugar como espaços culturais de formação em face das mudanças macroculturais, sociais e políticas não e limitando as transformações econômicas. Que tamanho empenho não se limite a uma simples adaptação passiva, mas que busque encontrar um lugar próprio de construção de algo novo, que permita a expansão das potencialidades humanas e a emancipação do coletivo: construir a capacidade de reflexão.

REFERÊNCIAS

_____. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? Educação & Sociedade 104, Campinas, São Paulo, out. 2008, p. 891-918.

_____. Questões Para a Teleducação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FETTERMAN, Joyce V. Os entornos virtuais da rede social My English Club e suas intervenções nos ambientes presenciais de aprendizagem da língua inglesa. 2012. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

FETTERMANN, J. TAMARIZ, A. D. R. Ensino remoto e ressignificação de práticas e papéis na educação. Texto Livre: Linguagem e Tecnologia. v. 14, n. 1, Belo Horizont, 2021.

KRAWCZYK, N. Relexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. Cadernos De Pesquisa v.41 n.144 set./dez. 2011.

MORAN, J. O que é Educação a distância. [S.l.: s.n.], 2003.

MORAN. J. M. 2002. Anais do I Congresso Brasileiro de Educação Superior a Distância – I EsuD, Petrópolis: RJ, 2002.

ROSA, L. P. 1984. O Público e o Privado e o Poder e o Saber. A Universidade em Debate. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero,.

SALOMON, D. V. 1991. Movimento docente: resistência e luta em defesa da universidade – em Caminhos. Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, nº.4.

SANTOS, J. L. 1986. O Que é Cultura. São Paulo: Editora Nova Cultura Brasiliense.

SAVIANI, D. O 1994. trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In FERRETTI, C. J. et al. Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar. 2 ed. Petrópolis, Rj: Vozes.